



GHC - GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2024

EDITAL Nº 05/2024 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA

O Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. (Matriz) e suas Filiais, que compõe o chamado Grupo Hospitalar Conceição – GHC, por este Edital, torna pública a presente retificação do Concurso Público Nº 01/2024, conforme segue:

1. Altera-se no Edital de Abertura nº 02/2024, no ITEM 1.2 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, as datas abaixo destacadas, passando a ser conforme segue e não como constou:

PROCEDIMENTOS	DATAS
Disponibilização das Grades de Respostas das Provas Teórico-Objetivas no site da FUNDATEC	18/12/2024
Período para emissão do Atestado de comparecimento na Prova Teórico-Objetiva	18/12/2024 a 16/01/2025
CARGOS COM 2ª ETAPA – PROVA DE TÍTULOS	
Período para Entrega de Títulos	02 e 03/01/2025
Divulgação das Notas Preliminares da Prova de Títulos	09/01/2025
Período de Recebimento de Recursos Administrativos das Notas Preliminares da Prova de Títulos	10 a 14/01/2025

*Demais datas permanecem inalteradas.

2. Altera-se no 2.2 DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PCD, subitem 2.2.1, conforme segue:

Onde se lê:

2.2.1. À Pessoa com Deficiência (PCD) que se enquadra nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 1999, com alterações introduzidas pelo artigo 70 do Decreto nº 5.296, de 2004, no artigo 2º da Lei nº 13.146, de 2015, na Lei 12.764, de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); e na Lei nº 14.126, de 2021 (Visão Monocular), é assegurado o direito de inscrição para os cargos deste Edital.

Leia-se

2.2.1 À Pessoa com Deficiência (PCD) que se enquadra nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 1999, com alterações introduzidas pelo artigo 70 do Decreto nº 5.296, de 2004, no artigo 2º da Lei nº 13.146, de 2015, na Lei 12.764, de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); e na Lei nº 14.126, de 2021 (Visão Monocular), na Lei Federal 14.768/2023 (Limitação Auditiva) e observados os dispostos da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009, é assegurado o direito de inscrição para os cargos deste Edital.

3. Exclui-se do ANEXO I – REQUISITOS E ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS, 2. NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, cargo ANALISTA (SANITARISTA), o requisito de registro no órgão de classe profissional, conforme segue:

~~Registro no respectivo órgão de classe profissional, conforme área da graduação, quando houver.~~

4. Altera-se no ANEXO I – REQUISITOS E ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS, 2. NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, cargo FÍSICO (MEDICINA NUCLEAR), conforme segue:

Onde se lê:

Certificado de especialista em Medicina Nuclear emitido pela Associação Brasileira de Física Médica; ou Certificado de Conclusão de Residência Multiprofissional em Medicina Nuclear reconhecido pelo Ministério da Educação.

Leia-se:

Certificado de Conclusão de Residência Multiprofissional em Medicina Nuclear reconhecido pelo Ministério da Educação; **OU** Título de Especialista em Medicina Nuclear emitido pela Associação Brasileira de Física Médica; **OU** Certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação em Medicina Nuclear reconhecido pelo Ministério da Educação.

5. Altera-se no ANEXO VI – PROGRAMAS – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, uma legislação do CARGO 03: ADMINISTRADOR, conforme destaque abaixo, passando a ser conforme segue e não como constou:

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
CARGO 03: ADMINISTRADOR**

PROGRAMA: Fundamentos da Administração: funções administrativas: planejar, organizar, dirigir e controlar; eficiência, eficácia e efetividade. A tecnologia e sua administração. Organogramas. Fluxogramas. *Benchmarking*. *Empowerment*. Ciclo PDCA. Planejamento Estratégico. *Balanced Scorecard* (BSC). Gerenciamento pelas diretrizes (GPD). Análise de cenários e de ambiente. Matriz SWOT. Matriz GUT. Implementação de estratégias. Tipos de indicadores. Sistemáticas de Monitoramento e Avaliação. Ferramentas de Gestão. Disfunções da burocracia. Organização, Sistemas e Métodos: Gestão de Processos. Gestão de Projetos. Função do Projeto nos Estudos Organizacionais. Manualização. Técnicas de Estruturação. Arquitetura Organizacional. Qualidade. Ferramentas da Qualidade. Reengenharia. Mudança Organizacional. Administração de Recursos Humanos: treinamento e desenvolvimento de pessoal. Desenho de cargos. Descrição e análise de cargos. Avaliação de desempenho. Plano de carreira. Planos de metas e recompensas. Administração de cargos e salários. Planos de benefícios sociais. Qualidade de vida no trabalho. Planejamento estratégico de recursos humanos. Banco de dados e sistemas de informação em recursos humanos. Administração de Materiais: gestão de estoques - custos dos estoques, estoques de segurança, sistemas de controle de estoques. Gestão de materiais: almoxarifado, armazenagem e movimentação de materiais. Compras - organização e objetivos, parcerias e contratos. Logística. Centros de distribuição e movimentação física. Cadeia de suprimentos. *Just In Time* na Logística. Gestão de Tecnologia da Informação: conceitos de Tecnologia da Informação; conceitos e gerenciamento; gerenciamento de dados e conhecimento; computação em rede; processamento de transações, aplicações funcionais e integração; sistemas de suporte gerencial. Administração Financeira e Orçamentária: conceitos; princípios orçamentários e características do orçamento tradicional, do orçamento de base zero, do orçamento de desempenho e do orçamento programa; instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA; ciclo orçamentário; conceituação da receita e da despesa pública; classificação da receita pública orçamentária por categoria econômica no Brasil; classificação das despesas orçamentárias, segundo a finalidade, natureza e agente (classificação

funcional, por estrutura programática, por natureza e institucional); estágios da receita e da despesa orçamentária; créditos adicionais. Lei Federal nº 4320/1964 (Lei do orçamento público) e alterações. Lei complementar nº 101/2000 (Lei da responsabilidade fiscal) e alterações. Legislação: Direito Administrativo: Administração Pública, Atos Administrativos e Poderes Administrativos. Direito do Trabalho (CLT). Lei nº 8.429/1992 (Lei da improbidade administrativa) e suas alterações. Lei nº 44.133/2021 (~~Nova Lei de Licitações~~) **13.303/2016 (lei das sociedades anônimas)**. Lei nº 12.527/2011 (Regula o acesso a informações) e suas alterações. Lei nº. 9.784/1999 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal) e suas alterações.

Porto Alegre, 15 de outubro de 2024.

Gilberto Barichello

Diretor-Presidente